

Relatório Anual De Actividades

2006

Cruzeiro do Sul

Março, 2007

1. Introdução

1.1. Nota introdutória

Foi com grande preocupação, mas com a consciência da responsabilidade que tinha, que assumi por indicação vossa numa Assembleia, em 2005 a Direcção do Instituto, depois do trágico acidente que vitimou inesperadamente o mais destacado membro da nossa Organização que muito prestigiou o nome do Cruzeiro pelas suas qualidades de trabalho, de rigor, de criatividade e inovação. Em matéria de terras e desenvolvimento com a sua perspicácia conseguiu ser em termos de elaboração conceptual um pioneiro em África. Fez-se respeitar pelo Governo e pelas Organizações Internacionais principalmente pelo Banco Mundial e pelo F.M.I.. O Governo e a Sociedade Civil valorizaram-no pelo menos nomeadamente a qualidade e importância do seu trabalho, tendo o Governo atribuído a designação de nacionalista consequente ao serviço do povo moçambicano e do desenvolvimento do país.

Com o seu enorme sentido de oportunidade aliava o trabalho académico e a produção científica ao activismo político na defesa dos ideais e dos interesses dos grupos mais desfavorecidos - os pobres das zonas rurais. Lembro-me como a sua atitude política o levou a insurgir-se contra o bárbaro assassinato do nosso amigo comum Carlos Cardoso, por via de uma carta filosófica e poética que lhe escreveu após a sua morte.

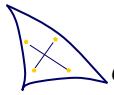
Não era apenas um patriota, era como se diz na gíria política um Homem de esquerda que tal como por exemplo Aquino de Bragança, não gostava de se ver incluído em Aparelhos Partidários.

Toda a sua investigação sobre a economia rural africana continua a ser lida, discutida e citada mais lá fora, infelizmente, que dentro do país.

1.2. Papel do Cruzeiro do Sul

Quando José Negrão criou, com apoio do grupo inicial este instituto, foi com a intenção de ter um instrumento de reflexão e de análise que pudesse dar um contributo sério e inovador sobre a saída para a crise africana, sobre as razões do empobrecimento sucessivo e da marginalização da África.

As políticas económicas dos Governos de África, as prescrições das Organizações Internacionais como o Banco Mundial e o F.M.I., a actuação das ONG's não consideravam praticamente as reacções, os comportamentos da família rural, o processo de tomada de decisões para melhoria da sua vida, a forma como os produtores familiares utilizam o seu tempo de trabalho, quando recorrem ao sistema de linhagem, o que conseguem poupar e investir, quanta terra precisam ou porque razões a têm de vender.



A abordagem da família rural, unidade complexa de produção e consumo na opinião de José Negrão não pode ser vista apenas como uma unidade económica agrícola onde se combinam produção, consumo e distribuição, mas também como uma unidade cultural e social de seres humanos que tem de organizar as suas estratégias de sobrevivência e crescimento. Daí a necessidade de se estudar ao nível micro no terreno para perceber a dinâmica da outra face da moeda e se articular depois com as visões macro.

Como as abordagens teóricas Marxista, Antropológica ou neoclássica não davam uma resposta satisfatória ao funcionamento da economia rural africana foi necessário recorrer a abordagens alternativas ou a uma abordagem mais holística, que significa assumir por um lado a confrontação entre metodologias específicas de ciências distintas e aceitar por outro a fusão da racionalidade e do raciocínio teórico não lógico. Apesar disso nunca se deixou de repensar a concepção materialista e dialética bem como a visão neoestruturalista. É evidente que temos de actualizar e aprofundar a nossa posição teórica e filosófica, que fundamenta o trabalho científico. Mesmo nas sociedades onde varia o papel do Estado e do mercado a família rural produz sempre para o consumo e para a comercialização. Quando se trata de utilização do tempo para produzir culturas de rendimento que dão dinheiro as famílias rurais conforme a região dão respostas diferentes conforme a região onde vivem.

O Cruzeiro do Sul criou um modelo de investigação que foi evoluindo e foi sendo assumido pela sociedade civil e chegou a ser aplicado num quadro político de consenso que foi a Agenda 2025.

Durante estes últimos anos ganhamos credibilidade e respeito dos nossos parceiros pelos resultados da investigação, pela qualidade de análise, pela advocacia e influência nos processos. Agora temos a responsabilidade de manter estes níveis de qualidade e a expectativa que criamos.

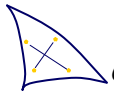
A análise e as principais decisões foram sempre tomadas em conjunto, reuniões programadas para o efeito. Tratava-se de uma Direcção provisória para assegurar o funcionamento da Instituição Daqui para diante será possível fazer funcionar os corpos gerentes conforme o estabelecido nos estatutos, embora estes careçam de revisão e actualização.

Muitas coisas ficaram por fazer e outras entram no programa dos próximos anos. Parece importante tomar em conta a necessidade de:

- Elaborar novos projectos no âmbito das áreas já definidas;
- Actualizar a informação científica através de debates internos com vista a encontrar também pontos de vista consensuais;
- Integrar melhor e fazer participar todos os membros, quer sejam do corpo investigativo ou administrativo de modo a que todos acompanhem e dêem um contributo positivo para as actividades do Cruzeiro.
- Repensar o Regulamento Interno considerando o novo Estatuto do Investigador já aprovado pelo Conselho de Ministros.
- Fornecer informação para o web site e publicar uma revista anual que tenha impacto pelos resultados da investigação no terreno.

1.3. Estratégia adoptada

Assim como várias formas de economia coexistem nas nossas sociedades, assim também todas as interdependências num sistema de economia mundial, a relação



entre o global e o local geraram vários tipos de globalização e de respostas. Mas a globalização, como se sabe, continua a promover desequilíbrios. A conjuntura económica actual do país caracteriza-se segundo o relatório do Banco Mundial por índice de crescimento na ordem dos 8%. Mas crescimento não é desenvolvimento e estes índices dependem fundamentalmente dos grandes projectos. Foi esta a estratégia de desenvolvimento adoptada pelo Governo.

Sob o ponto de vista filosófico e político vivemos a fase do pragmatismo, bafejado pelos ventos da centralização e do autoritarismo. O que importa é a acção realizada. Não dá tempo para pensar, nem para justificar alternativas que em confronto com a realidade produzam melhores resultados.

Esta perspectiva colide com um trabalho de investigação que apresenta alternativas, propõe a reflexão sobre os processos, promove o debate sobre as dinâmicas sociais.

Proliferam no dia a dia a criação de institutos de investigação movidos interesses diferentes com os quais necessariamente termos que concorrer.

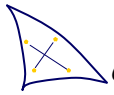
Sob o ponto de vista histórico importa lembrar que a partir dos meados do século XX com a conquista das independências os sistemas estatais e políticos africanos têm sido analisados em comparação com os modelos de modernização e desenvolvimento dos países ocidentais, modelos que por vezes são tão estranhos e deferentes das transformações da complexa realidade africana.

Os conceitos de exotismo cultural, tribalismo, estaticidade e tradicionalismo perpassam as mentes dos responsáveis dos países ricos, agravados pela imagem de tragédias ecológicas, secas e cheias e ainda má governação e gestão financeira e depredação dos recursos naturais.

Foi considerando estes parâmetros e efectuando a investigação no terreno que tivemos que definir o nosso modelo de investigação e de certa maneira tentar encontrar um modelo de desenvolvimento. Talvez por isso José Negrão dizia que era possível mediante certas condições induzir o desenvolvimento.

Assim sintetizando rapidamente a estratégia adoptada pelo Cruzeiro do Sul, desde o trágico acidente ocorrido em 2005, consistiu em:

- Assegurar a coesão interna e o funcionamento em equipa dos técnicos de vários níveis;
- Restabelecer a confiança interna e externa na Instituição;
- Demonstrar que um trabalho de qualidade poderia continuar a ser feito com reforço na área de economia;
- Tranquilizar o nosso principal parceiro, a Embaixada da Holanda, bem como assegurar o apoio ao Cruzeiro na próxima etapa;
- Continuar a estratégia iniciada pelo Dr. Negrão de procurar aumentar o número de doadores e reduzir a dependência de um único parceiro. Assim no âmbito internacional procuramos convencer os países do norte da Europa, particularmente a Suécia, Noruega e a Dinamarca a entender a ciência do nosso trabalho; no âmbito regional consolidar o apoio da OSISA e interessar a Kelogs e a SAT; no plano interno estreitar as relações com a FDC e outras organizações do G20 bem como estabelecer um relacionamento correcto com a governação particularmente com as áreas de tutela.
- Garantir que os membros do Cruzeiro em processo de formação terminassem os seus estudos de modo a poderem dar um contributo mais qualificado e decisivo.



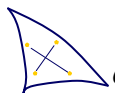
1.4. Actividades

Durante o ano de 2006 as actividades do Cruzeiro do Sul centraram-se nas seguintes áreas:

- **Investigação** – realizou o estudo sobre as Assimetrias no Meio Rural em Moçambique e o estudo sobre o Mercado Rural de Terras em Moçambique, iniciou o estudo com a WWF que consiste no levantamento sócio-económico sobre a importância dos recursos naturais para a economia das famílias locais e o impacto dos projectos de desenvolvimento na vida das comunidades locais, o Programa GERENA e o Programa com a UNU, finalizou o estudo sobre o Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e suas Interações com a Protecção Social e o estudo dos Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos.
- **Monitoria e Avaliação** – deu continuidade ao acompanhamento da actividade das Unidades de Monitoria e Avaliação nos distritos da Província de Nampula, ao Projecto Iniciativa Manica, iniciou o Projecto das Aldeias do Milénio e finalizou o Projecto sobre projecto sobre a diversificação de culturas na zona algodoeira de Morrumbala
- **Extensão e Divulgação** – integrou o grupo dos conteúdos do G20 Nacional, participou nos Conselhos Consultivos Distritais ao nível do G20 da Província de Nampula e iniciou o Projecto AfriMAP do instituto “Open Society” denominado Africa Governance Monitoring and Advocacy Programme com vista a monitorar o cumprimento, pelos Estados Africanos, dos novos compromissos assumidos pela União Africana (UA) no domínio da governação, democracia, direitos humanos e Estado de Direito.
- **Formação** – deu continuidade ao programa de bolsas de estudo.

Para 2007 estão previstas as seguintes actividades:

- **Investigação** – está prevista a finalização e entrega do relatório do Programa de Pesquisa sobre as Assimetrias no Meio Rural do Norte de Moçambique, a continuação do estudo da WWF e consequente elaboração do Relatório final, do estudo GERENA e UNU.
- **Monitoria e Avaliação** – continuação do apoio ao CEPKA e à UCODIN, do Projecto Iniciativa Manica e do Projecto Aldeias do Milénio.
- **Extensão e Divulgação** – Início do Projecto de Sistemas de Informação para o G20 (SIG20), do Projecto da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e do Projecto Oxfam GB, continuação do apoio do G20 e do Projecto AfriMAP.
- **Formação** – Continuação do programa de Bolsas de Estudo.



2. Actividades realizadas e resultados alcançados

O Cruzeiro do Sul, no âmbito do seu plano de actividades de 2006 realizou as seguintes actividades:

2.1. Investigação

2.1.1. Programa de Pesquisa sobre as Assimetrias no Meio Rural do Norte de Moçambique

No âmbito do Programa de Pesquisa “Redução da Pobreza Absoluta no Norte”, o Cruzeiro do Sul deu início a um programa de investigação sobre a análise das assimetrias existentes no seio do agregado familiar e entre os agregados familiares em três aldeias da região Norte de Moçambique. As aldeias seleccionadas para o programa foram; Ghiote, distrito de Ancuabe (Cabo Delgado), Napacala, Distrito de Cuamba (Niassa) e Namiope, Distrito de Murrupula (Nampula).

Este programa de pesquisa insere-se no contexto do Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que tem por objectivo a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de cerca de 70% para menos de 50% nos próximos dez anos.

Enquadramento teórico – para análise das assimetrias no meio do Norte de Moçambique, adoptou-se o conceito de vulnerabilidade que envolve os riscos e os choques que ocorrem numa determinada sociedade. Neste marco teórico, o programa de pesquisa contemplará quatro estudos sincrónicos, com metodologia própria mas articulados para efeito de complementaridade, que são:

- Componente Quantitativa
- Componente Exclusão social
- Componente das Redes Sociais
- Componente Espacial

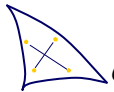
Através destas quatro componentes, em Abril, Maio e Junho, foram realizados dois levantamentos:

Levantamento Quantitativo:

A metodologia utilizada para este levantamento foi os inquéritos a uma amostra aleatória de 699 agregados familiares, sendo 248 em Ghiote, 108 em Napacala e 343 em Namione.

Após o levantamento e tratamento dos dados realizou-se uma análise exploratória que tinha como objectivo: (i) verificar em que medida a variação do nível de posse é explicada pelas variáveis independentes, (ii) verificar a validade da variável nível posse, comparando as medidas de assimetrias.

No geral os resultados preliminares mostram que algumas destas variáveis tem alguma com o nível de posse, embora em muitas delas, a correlação não seja estatisticamente significativa. O tamanho do agregado familiar e o género do chefe do agregado familiar, parecem ser as variáveis que mais se correlacionam com o nível de posse em cada uma das aldeias. Os resultados sugerem que embora o nível de posse aumente com a dimensão do agregado, o retorno per capita do agregado do nível de posse é decrescente, o que significa que o crescimento do nível de posse não é proporcional ao crescimento do tamanho do agregado.



Levantamento Qualitativo:

O levantamento qualitativo foi realizado através dos resultados das análises dos dados quantitativos, com a identificação dos agregados familiares mais ricos e mais pobres segundo o indicador de *nível de posses* para cada aldeia e tinha como objectivos:

- Analisar as características sociológicas dos mais pobres e dos mais ricos com o fim de detectar as exclusões sociais no meio da aldeia;
- Analisar as redes de transmissão do conhecimento ao nível das famílias e da comunidade que levam à redução da pobreza;
- Marcar através do GPS referências geográficas para o posterior mapeamento das áreas de residência e actividades das aldeias para a componente espacial de programa de pesquisa.

Os resultados preliminares alcançados após este levantamento foram:

- Existem assimetrias entre os agregados de cada uma das aldeias;
- Verificou-se que a identificação dos *nihimos* foi uma ferramenta de trabalho relevante para conhecer as relações sociais existentes entre os indivíduos e as famílias no seio da aldeia. O *nihimo* permitiu identificar as redes existentes entre os indivíduos e as assimetrias na distribuição da riqueza que existe entre os *clãs* da mesma aldeia;
- Os agregados familiares que pertencem ao *nihimo* (*clã familiar*) maioritário da aldeia, e que o chefe da família é o homem, com alianças matrimoniais entre *nihimos* predominantes, e que não costumam fazer *ganho-ganho* costumam ter índices de vulnerabilidade mais baixos, e portanto maior protecção social;
- Foram constatadas assimetrias de carácter económico, político e social entre alguns dos grupos de pessoas segundo género, idade e religião;
- Em relação à componente de redes sociais, partiu-se de quatro questões: (1) a quem recorre quando tem problemas; (2) a quem recorre quando precisa de dinheiro; (3) o que faz para sair da pobreza e (4) como faz. Foi constatado, de modo geral, a existência de redes endógenas ou familiares e de redes exógenas ou da igreja, ou da ONG, ou do Estado, sendo as redes familiares as mais predominantes.

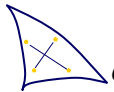
Em 2006 estudou-se com profundidade as famílias mais ricas. Para analisar o seu percurso, ou seja, sua história de vida, de modo a servirem de exemplo prático para as famílias pobres nas respectivas aldeias. A partir de uma análise preliminar o estudo mostrou que as famílias ricas assim o são porque apostaram em actividades comerciais ou produtivas articuladas com famílias que vivem fora da aldeia.

Estas famílias são apoiadas pelos seus familiares fora da aldeia por via de remessas em dinheiro. Este estrato constituído pelas famílias mais ricas mostra ser mais empreendedores.

Os indivíduos com maior status social acumulam mais posses e adquirem mais prestígio.

O relatório preliminar do projecto foi apresentado num Workshop Internacional sobre: "Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Perspectivas no Brasil e Moçambique", que decorreu no dia 24.08.2006, no Centro de Conferências Joaquim Chissano. O mesmo relatório será publicado numa Revista Brasileira ainda neste ano.

Esta prevista a entrega do relatório final do projecto em finais de Janeiro de 2007.



2.1.2. Mercado Rural de Terras em Moçambique

Depois do estudo efectuado do mercado de terras urbano em 2005, o presente estudo debruça-se sobre a dinâmica do “mercado de terras” no meio rural em Moçambique. Entende-se por “mercado de terras” a transacção de bens e direitos adquiridos sobre a terra levada a efeito por acordo voluntário entre duas pessoas ou grupos de pessoas representados por agentes.

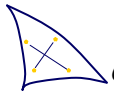
Assim o mercado de terras surge sempre que há potenciais “compradores” que entram em contacto com potenciais “vendedores” tendo um equivalente comum, equivalente este que tanto pode ser dinheiro ou outro equivalente identificado através de negociação.

Passados 20 anos surge o debate sobre a eficiência do Estado na alocação de recursos e pergunta-se se o mercado não terá também um papel a desempenhar no caso da terra, tal como se verificara em relação ao trabalho, aos produtos e ao capital. A razão de ser do debate prende-se com quatro acontecimentos que se foram desenvolvendo em paralelo ao longo deste anos:

- O facto de a Constituição de 1992 não proibir o arrendamento da terra, contrariando o que era explícito na Lei de Terras de 1979 e, conseqüentemente, terem começado a surgir novas formas de arrendamento de direitos de uso e aproveitamento da terra que tinham sido alocados pelo Estado a terceiros;
- O facto de a Constituição de 1992 reconhecer os direitos de ocupação pelo cidadão e comunidades na base dos sistemas de direitos consuetudinários (em linguagem jurídica o uso capião) e a Lei de Terras de 1997 estender o uso capião à posse da terra por quem a ocupa de boa fé, obrigando assim o Estado a reconhecer a alocação de facto como alocação de jure;
- O facto de ter começado a surgir a concentração de terras em alguns cidadãos que não têm capacidade para trabalharem, abrindo-se assim as portas para a especulação fundiária à margem do espírito e da letra do legislado;
- O facto de se ter protelado, incautamente, que os investimentos e o acesso ao crédito estavam dependentes da privatização da terra.

Foi neste contexto que o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) através do seu Gabinete de Promoção do Sector Comercial Agrário (GPSCA) em parceria com a Confederação das Associações Económicas (CTA) em representação do sector privado, solicitaram ao Cruzeiro do Sul para fazer estudo sobre o eventual papel do mercado na eficiência alocativa da terra. Para o efeito o Cruzeiro do Sul juntou-se em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ). Esta solicitação juntou-se ao desejo expresso por várias organizações da Sociedade Civil ao longo dos últimos anos, entre elas contam-se com o Fórum Terra, a Organização Rural para a Ajuda Mútua (ORAM) e a União Nacional dos Camponeses (UNAC).

Neste momento o relatório sobre o Mercado Rural de Terras está concluído e tem como sub produto um Decreto Lei para a regulação do mercado de terras que deverá ser discutido com os demais parceiros e interessados, no entanto os passos seguintes estão dependentes da resposta dada pelo Governo no caso do Ministério da Agricultura.



Recomendações:

Sob ponto de vista de implicações normativas a criação do ciclo de eficiência no mercado de terras rurais exige que cada um dos actores esteja consciente do seu papel, e acima de tudo esteja devidamente na posse da informação de que necessita para responder aos sinais do mercado tendo em conta o equilíbrio entre os custos, retornos sociais e privados desde a família, a localidade, distrito, província passando pelas várias organizações da sociedade civil.

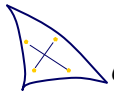
Esfera Analítica

- Constituição de um sistema de levantamento sobre o valor de mercado da terra usando para o efeito os levantamentos estatísticos periódicos do Estado, incorporando sistemas dinâmicos de visualização geo referenciada assim como a construção de um banco de dados nacional que permita a descrição do cenário actual, a modelação e simulação de futuras tendências.
- Análise sistemática da evolução da correlação dos indicadores entre a distribuição da terra (coeficiente de GINI) e o nível de pobreza (índice de Desenvolvimento Humano) que seja sensível às assimetrias regionais, ao tipo de uso da terra e às desigualdades de género (país, província, distrito e localidade). Em última análise este seria um mecanismo de controlo e correcção de eventuais distorções em cada região.
- Que seja efectuado um estudo multidisciplinar sobre o sistema imobiliário na área de terras em Moçambique que tenha em conta os vários actores (comunidades, Estado, privados) e que possa garantir o uso da terra como um activo no combate à pobreza (segurança alimentar e direitos fundamentais) assim como instrumento desenvolvimento (investimento produtivo) no mais breve espaço de tempo.

Esfera Estatal

Cabe ao Estado desempenhar o seu papel regulador o que a Política e a Lei de Terras prevêem os devidos ajustes nos moldes da economia de mercado com vista à criação de riqueza e promoção da justiça social, visto que a regulação económica pode inibir a eficiência ou induzi-la. Há toda uma necessidade de:

- Reconhecimento do mercado informal de terras ao abrigo da proposta de decreto lei.
- Revisão das taxas de terras que tenham como base o valor subjacente de mercado da terra de acordo com o potencial tipo de uso e possam assumir um carácter progressivo de acordo com circunstâncias do mercado.
- Controlo legal e institucional das discriminações, com base no abuso de poder, descentralização ou local, uma vez que os conselhos de consulta distrital não são ainda órgão colegial de tomada de decisões.
- Promover transparência através da partilha dos mecanismos de fiscalização e implementação do quadro legal vigente, através dos conselhos de gestão de recursos (fundo de terras) que poderão ser criados onde não existem e reactivados onde existem.
- Garantir investimento inicial em infra-estruturas produtivas e a ampliação de fronteiras das terras marginais.



Esfera da Sociedade Civil Agregada

- Os privados e o sector familiar devem intervir com base no principio da diferença que cria a complementaridade sectorial, alicerçados em modelos de gestão e eficiência socioeconómica da terra.
- Participar no controlo do processo se alocação de terras.
- Participar no controlo da taxa de terras alocadas na sua área de jurisdição.
- Participar na gestão dos recursos ao nível local.

Esfera do Mercado

- O mercado deverá ser regulamentado de tal modo que todas as transacções se efectuem com o reconhecimento automático do Estado através das imobiliárias licenciadas para o efeito.
- A regulação da função imobiliária para os bancos comerciais interessados no crédito agrário.

Esfera das Parcerias

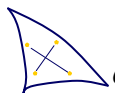
Tanto o sector familiar como o sector privado devem estar estruturados proactivamente (organizações) a ponto de desenvolver modelos de parceria mais coesas e compatíveis com os imperativos do desenvolvimento:

- De impulsionar o uso mais eficiente e sustentável da terra através do estabelecimento de parcerias baseadas em contratos com força legal para as culturas industriais e eco-turismo sustentável.
- Desenvolvimento de parcerias locais através do agro-processamento do produto das unidades familiares dos pobres.
- Estabelecimento de parcerias amplas com vista a facilitar o acesso da produção aos mercados local e internacional.

2.1.3. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos

Em 2005, as actividades que incidiram em cada um dos Distritos e que fazem parte da área de estudo foram:

- Localização, limites e cálculo de superfície incluindo da bacia do Umbelúzi;
- Número da população existente segundo o Censo 1997 e Segundo a contagem anual do Distrito;
- Descrição do tipo de solos predominantes por posto Administrativo de cada Distrito e da bacia do Umbelúzi;
- Descrição do tipo de uso e cobertura da terra definido pelo UCT/DINAGECA (terra arável, irrigável, sequeiro, pecuária, florestas segundo SAKET, incluindo os tipos predominantes);
- Identificação de zonas residenciais e de expansão;
- Localização e identificação dos grandes empreendimentos económicos (agrícola, comercial e industrial);
- Identificação de zonas de pecuária, número e espécie de animais;
- Informação sobre pedidos de terras (localização, área, finalidade);
- Identificação de zonas de extracção de recursos (florestais e minerais);
- Informação sobre os consumidores da água do rio Umbelúzi e identificação de fontes alternativas.



O projecto Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos, entre o Cruzeiro do Sul e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) terminou este ano com a elaboração e entrega do Relatório Final e do CD interactivo com informação georeferenciada que contem as seguintes informações: (i) carta administrativa de 250:000, (ii) carta de uso de terra pelo sector familiar; (iii) carta das licenças de Uso e Aproveitamento da Terra e atribuídas; (iv) carta de licenças florestais e turismo, (v) carta de solos; (vi) carta da população com base no último censo populacional; (vii) carta com a valorização dos recursos naturais e; (viii) adaptar o Modelo de Gestão e Alocação da Terra a cada Distrito.

2.1.4. O Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e suas Interações com a Protecção Social

O projecto “O Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e suas Interações com a Protecção Social: O Caso de Moçambique” teve início em Fevereiro de 2004. Este projecto foi financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objectivo do projecto era de ver até que ponto as actividades do sector informal, nos PALOP, estão a crescer e a se desenvolver. Inicialmente, o coordenador do projecto era o Prof. José Negrão. Que após a sua perda inesperada, passou a ser coordenador o Prof. António Francisco, que trabalhou com Margarida Paulo. O trabalho foi realizado em Maputo (zona urbana, rural e peri urbana) e em Nampula (zona urbana, rural e peri urbana). A recolha de dados (histórias de vida, entrevistas semi-estruturadas e entrevistas especializadas ou a instituições do sector publico e privado que trabalham com assuntos sobre o sector informal.

O relatório do projecto foi apresentado num Seminário, em Março de 2006.

O seminário contou com a presença de alguns membros da equipa central do ISEG-CEA-Lisboa, convidados do sector público, privado e investigadores que trabalham no sector informal em Moçambique, mas particularmente os representantes do sector informal e os representantes do Estado ao nível do Ministério do Trabalho.

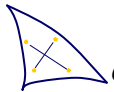
O relatório final do projecto foi entregue ao ISEG-CEA-Lisboa em Junho de 2006 e encontra-se disponível na biblioteca do Cruzeiro do Sul.

2.1.5. WWF

A WWF solicitou ao Cruzeiro do Sul que fizesse um levantamento sócio-económico, especificamente sobre a importância dos recursos naturais para a economia das famílias locais e o impacto dos projectos de desenvolvimento na vida das comunidades locais, na região proposta para o estabelecimento do Parque Nacional das Ilhas Primeiras e Segundas. Esta região engloba os distritos costeiros de Angoche e Moma na província de Nampula e o distrito de Pebane na província da Zambézia.

Foi realizado o trabalho de recolha de dados e neste momento o trabalho está ainda a ser realizado, uma vez que está ainda em processo de digitalização dos dados recolhidos, para posterior análise e elaboração do relatório.

Espera-se que o relatório final fique concluído entre Março e Abril de 2007.



2.1.6. GERENA

O programa GERENA (Gestão dos Recursos Naturais) é um programa de quatro anos, do Governo da Província de Sofala, coordenado pela Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental com o suporte financeiro da DANIDA.

O Cruzeiro do Sul faz parte da equipe da componente de investigação do programa, da qual fazem parte o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Museu de História Natural da Universidade Eduardo Mondlane. Neste âmbito o Cruzeiro do Sul integrou a equipe que realizou o levantamento ou diagnóstico preliminar sobre questões de Desenvolvimento, Protecção do Meio Ambiente e Uso dos Recursos Naturais e o Direito das Comunidades Locais no Parque Nacional de Gorongosa, Zonas Tampão Propostas e Áreas Limitrofes.

Coube ao Cruzeiro do Sul o levantamento sócio-económico da região e o uso dos recursos naturais pelas comunidades locais, este levantamento incidiu sobre quatro distritos à volta do Parque Nacional de Gorongosa, nomeadamente: Nhamatanda, Muanza, Gorongosa e Cheringoma.

Os resultados do diagnóstico preliminar permitiram a identificação de mais temas para pesquisa para os próximos três anos na região em causa. A pesquisa serviria de ferramenta e traria recomendações para a implementação do programa e para os processos de tomada de decisão. É de realçar que a continuidade da pesquisa nesta área para os próximos anos vai contar com a coordenação pela equipe que efectuou o levantamento preliminar, mas estarão envolvidas instituições locais de pesquisa ao nível da província sendo elas a Universidade Católica (Faculdade de Economia), Universidade Pedagógica, Universidade Eduardo Mondlane (Faculdade de Direito e a APARC).

Estão em curso conversações com a Fundação Carr, que faz a gestão do Parque Nacional de Gorongosa para melhor articulação e complementaridade da pesquisa a ser levada a cabo nos próximos anos.

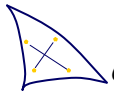
2.1.7. UNU

O Cruzeiro do Sul concorreu para ser um dos Centros de Investigação que em parceria com o World Institute of Development Research, da Universidade das Nações Unidas (UNU), iria desenvolver capacidade de análise em micro-simulação aplicada, as diferentes questões de pesquisa relacionadas com o desenho de estratégias de redução de pobreza que usam volumosas bases de dados do tipo IAF (Inquéritos aos Agregados Familiares) ou QUIBBs.

Em Moçambique o Cruzeiro do Sul foi seleccionado, tal como cinco outras Universidades e Centros de Pesquisa de outros tantos países africanos (Tanzania, Namibia, Zambia, Ghana, e Egipto).

No decurso do projecto o Cruzeiro do Sul deverá escolher um tópico de pesquisa que utilize as técnicas disseminadas, sob orientação de conceituados investigadores de craveira internacional. Já foram realizados dois workshops, um no Ghana e outro no Egipto, orientados pelo Professor Asghar Adelzadeh, devendo o terceiro realizar-se em Abril de 2007 em Maputo.

De forma preliminar, a escolha do tema recaiu sobre a simulação dos impactos na distribuição de rendimentos de diferentes políticas e taxas de impostos sobre o rendimento e outros impostos incidentes nos membros dos agregados familiares moçambicanos.



A duração total do projecto é de dois anos, sendo os custos de participação incorridos pela UNU-WIDER, que ainda cobrem o tempo de participação dos dois pesquisadores do Cruzeiro do Sul envolvidos no projecto, num montante total de 25000 dólares pelo período do projecto.

2.2. Monitoria e Avaliação

2.2.1. Colaboração Local

As actividades realizadas no âmbito da parceria estabelecida entre o Cruzeiro do Sul e o CEPKA foram as seguintes:

1. Apoio à UCODIN no desenho de estratégias sobre os Mecanismos de Funcionamento do SINA (Sistemas de Informação de Nampula)

No quadro do apoio ao desenvolvimento de capacidade de monitoria dos planos do governo de Nampula está em curso um projecto de instalação de um sistema de informação com objectivo de servir de instrumento privilegiado de consulta e análise de dados para a identificação, planificação, coordenação e monitoria/avaliação de actividades de desenvolvimento na província de Nampula. As componentes fundamentais do SINA incluem sistema de base dados para processamento e análise de dados baseado no DEVINF, estrutura de base de dados da UNDP, um weebite com uma biblioteca electrónica de relatórios e documentos.

As actividades em 2006 consistiram no seguinte no seguinte

- Instalação experimental do sistema,
- Formação de um técnico para trabalhar com o sistema
- Acompanhamento regular do trabalho do técnico.

A instalação experimental do sistema foi realizada Maio. Consistiu na configuração de um server na instalação do sistema DEVINF e no design de um website. Em Setembro realizou-se o treinamento do técnico seleccionado pela UCODIM, durante 15 dias nas instalações do cruzeiro do sul.

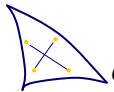
Os objectivos e conteúdos da formação tiveram como base as funcionalidade do banco de dados e o design do weebite.

Para o banco de dados os pontos fundamentais da formação são os seguintes

- Recolher dados de acordo com os indicadores estabelecidos nas DPs e DDs
- Introduzir novas variáveis ou indicadores na base de dados
- Verificar a validade e a fiabilidade dos dados
- Apresentar a informação em tabelas, gráficos e mapas geográficos e de integrá-los facilmente em documentos Word / Excel.
- Organizar e consulta de dados com base em diferentes abordagens:
- Agregar e desagregar dos dados por área geográfica.
- Agregar desagregar dos dados por subcategorias.

Após formação a técnico iniciou a sua actividade no UCODIN. Neste momento está ainda a recolher e a processar dados. Estes dados serão a base para a elaboração dos relatórios de avaliação do nível de implementação do programa do governo de Nampula em 2006.

Em 2007 as actividades a realizar incidirão sobre os seguintes pontos



- Apoiar o UCODIN nas análises estatísticas dos indicadores de realização dos planos.
- Melhorar disponibilizar a informação no weebite (biblioteca electrónica) melhorando o nível de acesso a informação pelos principais intervenientes em Nampula.

2. Colaboração com a UCODIN, para desenho de um Sistema de Monitoria de Impacto para o PARPA II e a sua integração no Plano Estratégico Provincial

O objectivo pretendido é de que a monitoria deva criar fluxos de informação eficazes, que possa envolver todos os parceiros, para que possa servir como mecanismo de revisão continua de metas e dos programas, sendo indispensável a participação das Organizações da Sociedade Civil.

O desenho da referida monitoria do impacto, vai permitir envolver de forma participativa todos os actores, com as sua principais áreas de intervenção e incluindo os indicadores que também tem que ser de impacto, para que se possa avaliar das mudanças positivas e negativas que possam ser verificadas como resultados da implementação do PARPA II ou Plano Estratégico Provincial. Como por exemplo ver o nível de mudanças de vida das famílias; o grau de satisfação das comunidades e capacidade de poupança entre outros;

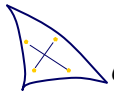
A supervisão das actividades nos distritos é um processo longo, na medida em que o processo em si precisa de ser concebido na sua totalidade com a participação das comunidades rurais numa primeira instância, para que elas saibam que para a redução da pobreza é fundamental o envolvimento de todos. Por outro lado é preciso garantir que tenham capacidades de avaliar o decurso, resultados e o impacto das actividades em implementação no distrito.

3. Apoio técnico à UCODIN para elaboração da Agenda para o Observatório Provincial de Desenvolvimento

O Plano Estratégico Provincial (PEP) define, na componente de implementação monitoria e avaliação, a constituição de um órgão consultivo, o Observatório Provincial do Desenvolvimento, composto por membros do Governo, Sector Privado, Associações Cívicas, ONGs, Instituições Académicas e Agências de Cooperação, cuja a missão é de avaliar o cumprimento dos objectivos, acções e metas do PEP e propôr soluções visando uma correcta gestão dos recursos envolvidos e angariação de novos investimentos e parcerias.

Assim o Governo Provincial (UCODIN), em parceria com o sector privado e as OSC realizam (segundo a previsão da agenda) no dia 16 de Agosto do corrente ano, o terceiro Observatório Provincial do Desenvolvimento de Nampula, cuja agenda se circunscreve no seguinte:

- Apreciação das Actividades Económicas e Sociais, Desenvolvidas em 2005 e o Desempenho do Governo Provincial;
- Apreciação dos Relatórios de Desempenho das Organizações da Sociedade Civil em Nampula;
- Lançamento do PARPA II



4. Avaliação da percepção dos cidadãos sobre os Serviços de Utilidade Pública nos Municípios da Ilha de Moçambique e Monapo – Citizen Report Card

O projecto surgiu no âmbito dos estudos sobre o processo de descentralização, e é uma actividade conjunta entre o Cruzeiro do Sul e o CEPKA.

Tem como objectivos fundamentais, para além de Capacitar o CEPKA, os seguintes:

- Avaliar percepção dos cidadãos do Município sobre a qualidade dos serviços públicos prestados pelas autarquias.
- Avaliar e comparar o nível de desempenho dos vários serviços públicos
- Disponibilizar ao público e aos órgãos da autarquia informação sobre a avaliação da qualidade dos serviços, de forma a retro-alimentar os processos de decisão e implementação de acções na autarquia, melhorando assim a qualidade dos serviços do município.
- Concorrer para a Institucionalização de uma cultura de prestação de contas da administração local e de uma metodologia de recolha de informação afim de possibilitar que os planos e acções das autarquias locais estejam de acordo com a necessidades do municípios, objectivo básico da descentralização.
- Desenvolver a capacidade de intervenção participativa da sociedade civil na melhoria das suas condições sócio económicas, de formar e enraizar a cultura de democracia.

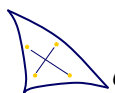
As actividades realizadas em 2006 incluíram os seguintes pontos:

- Elaboração de uma proposta de projecto com realce em aspectos como racionalidade e justificação, objectivos, metodologia e programa de trabalho. A metodologia teve como base o “citizen report card, aplicada, na avaliação e percepção dos municípios da qualidade dos serviços públicos, em autarquias de vários países do Mundo, tais como a Índia, Filipinas, entre outros. É de realçar também que a proposta de projecto foi discutida com o CEPKA.
- Numa segunda fase fez-se e preparou-se os instrumentos de pesquisa e com base nestes fez-se um levantamento de dados, na perspectiva quantitativa e qualitativa. Na vertente quantitativa aplicou-se um inquérito a amostras de 500 agregados em cada um dos Municípios. Na perspectiva qualitativa houve encontros com os grupos focais de cada um dos locais.
- A entrada do processamento de dados foi finalizado e neste momento os relatórios encontram-se em fase de finalização.

2.2.2. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras

Durante o ano de 2006 fez-se uma visita em fins de Janeiro/ Fevereiro e a avaliação final do projecto em Julho/Agosto.

Em Janeiro/Fevereiro a visita foi feita por conta da visita de monitoria de 2005. Resumiram-se aspectos importantes da realização do projecto até ao momento, preparando-se a avaliação. Supostamente o projecto terminaria em Dezembro de 2005. Não fazendo sentido em termos agrícolas ele foi automaticamente alargado até ao fim da campanha 2005/06.



A avaliação final em Julho/Agosto comparou os resultados do inquérito de base em 2002 com o de 2006 utilizando a mesma metodologia e um instrumento acrescido de variáveis para construir novos indicadores.

O relatório foi submetido à coordenação do consórcio que alargou o período de actividades até fins de Janeiro de 2007 por atraso acontecido por não desembolso de fundos durante 8 meses durante 2005. Pedimos reacção rápida para encerrar as nossas actividades no projecto.

O projecto mostrou que são vantajosas as parcerias com as empresas privadas. Contudo, o papel regulador do Estado é necessário quer para coordenar as parcerias quer para liderar mudanças tendentes a incrementar a produtividade das famílias camponesas, facilitar o processo de comercialização dos produtos, o fomento do agro - processamento e a profundidade do sistema financeiro.

2.2.3. Projecto Iniciativa Manica – Manicaland

O Projecto Iniciativa Manica tem como objectivo geral estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável de redução da pobreza criado por novas oportunidades de geração de rendimento resultantes de novas relações entre os camponeses e o sector privado

Os resultados esperados são: a criação do modelo de desenvolvimento sustentável endógeno e funcional acoplado a um sistema de produção duradouro; a formação de associações de produtores com capacidade de liderança e capazes de negociar e mediar com o sector privado; incremento das áreas usadas pelos agricultores de pequena escala resultando numa produção adicional; o estabelecimento dum consórcio funcional para gerir todo o processo produtivo.

No âmbito da investigação para 2006 estavam previstos a realização de dois programas: um sobre a produção de ovos galados para a produção de pintos do dia e outro sobre o melhoramento da ração para as galinhas orgânicas. Foram realizadas algumas acções de carácter técnico mas é necessário avaliar algumas questões nomeadamente no que respeita à viabilidade.

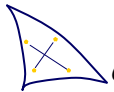
A monitoria e avaliação das actividades do programa tinham por base a realização dum levantamento quantitativo com o objectivo de avaliar a situação do projecto desde o início da sua implementação/diagnóstico e a montagem dum sistema de recolha e tratamento de dados a nível do projecto. Estas duas acções concentraram-se na criação dum banco de dados que permitirá aos intervenientes do IM, especialmente aos parceiros e ao Comité de Coordenação do programa ter a informação sobre o seu desempenho e os seus resultados decorrentes do esforço aplicado para atingir os objectivos definidos no contexto do projecto.

A alfabetização e a capacitação dos beneficiários, especialmente das mulheres, para lhes garantir uma melhor participação e intervenção no programa foram actividades que resultaram de forma positiva.

A recolha de informação para o banco de dados vai permitir ao Cruzeiro do Sul realizar o aconselhamento na estratégia de alfabetização funcional dos beneficiários do programa em especial das mulheres.

Neste sentido, considera-se, dum modo geral, que o programa baseado no modelo delineado pelo Cruzeiro do Sul, originou mudanças significativas na vida dos beneficiários, quer economicamente, quer socialmente, pois permitiu:

- A organização dos produtores e a legalização das associações;



- A diversificação das suas fontes de rendimento que originaram um impacto positivo nas diferentes vertentes do programa, nomeadamente na produção agrícola e na produção aviária, na criação do matadouro e na comercialização dos produtos agrícolas e frangos;
- A intervenção num sistema de parceria entre o sector familiar e o sector privado destacando-se a acção neste programa dos cinco parceiros, UCAMA, ADAMA, ADM, KSM, CARITAS. Esta intervenção nos diferentes projectos do IM influenciou na organização das associações, na mediação entre os produtores beneficiários do programa e os produtores privados e ainda na materialização dos resultados esperados.

Na produção agrícola apesar de não se ter conseguido realizar o projecto da fábrica de rações e portanto se enfrentar dificuldades na colocação da produção de milho, da soja e do girassol foi possível garantir a compra da soja e do milho para semente através da realização de contratos entre o sector privado e o sector familiar.

O matadouro recebe os frangos produzidos pelos beneficiários do projecto e com a perspectiva duma melhor gestão e administração determinada pela mudança do gestor prevê-se uma maior eficiência. A aquisição duma carrinha frigorífica irá viabilizar o alargamento da comercialização e introduzir um maior dinamismo na produção do frango.

A formação e legalização das associações de camponeses, fortalecida através de actividades de formação em associativismo e liderança, permite realizar parcerias justas com o sector privado, através do estabelecimento de contratos. Estas actividades são ainda influenciadas pelos parceiros mas gradualmente passarão para a responsabilidade dos beneficiários. Verifica-se uma grande participação e intervenção da mulher no processo de tomada de decisões através do seu emponderamento, especialmente por via da alfabetização funcional.

Alguns constrangimentos foram encontrados e que não permitiram a realização de algumas actividades, nomeadamente no que refere à produção de ovos galados e à produção de pintos de dia, fazendo com que o programa ficasse dependente de fornecedores externos, nomeadamente da importação temporária do Zimbabué. Outro constrangimento está relacionado com as rações, nomeadamente a não produção local de rações, o que implica a dependência na aquisição destas de fornecedores externos ao programa.

2.2.4. Aldeias do Milénio – Acção Agrária Alemã

O estudo das Aldeias do Milénio é parte de um projecto de implementação dos objectivos do milénio em três aldeias do distrito de Mabote que está a cargo da Acção Agrária Alemã. Neste projecto o Cruzeiro do Sul tem a responsabilidade sobre a componente de monitoria e avaliação do impacto que levará um período de 5 anos.

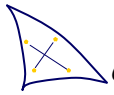
Este projecto tem como objectivos:

Gerais:

- Avaliação e monitoria participativa sobre a situação dos objectivos do milénio no distrito de Mabote.

Específicos:

- Aplicar da metodologia participativa do AIP usando o workshop participativo;
- Avaliar da situação dos ODM com os grupos focais;



- Disseminar e testar a metodologia na aldeia do milénio Mabote;
- Fazer o levantamento quantitativo.

Actores envolvidos:

- Equipe técnica do Cruzeiro do Sul;
- Grupo focal constituído por membros e líderes comunitários da aldeia de Mabote;
- Coordenador da Kulima e a acessora da Acção Agrária Alemã na Kulima.

Levantamento quantitativo

As etapas principais da administração de 69 questionários incluíram a selecção da amostra, a formação de inquiridores e a aplicação do questionário na aldeia designada no inquérito de Mabote. Esta é constituída por 3 grupos (Clusters) nomeadamente Chitalahimbira, Banamana e Mangalaze.

Levantamento qualitativo

A monitoria dos ODM no distrito de Mabote comportou o uso da metodologia de avaliação participativa de impacto que inclui 7 instrumentos principais analíticos que em conjunto nos levam à situação geral da aldeia em termos de ODM's. Para o efeito foram trocadas agendas diárias que incluíram a avaliação da rotina diária das actividades implementadas.

2.3. Extensão e Divulgação

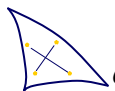
2.3.1. G20 Nacional

A nível do G20 Nacional, o Cruzeiro do Sul tem participado:

- como membro do grupo de coordenação do G20 na aprovação e controlo do seu plano de actividades,
- na discussão da proposta apresentada pelo consultor Carlos Fumo sobre o papel do G20 no futuro;
- na elaboração do Relatório Anual da Pobreza, particularmente na elaboração dos conteúdos sobretudo na área do capital humano, macroeconomia e finanças;
- mecanismo da avaliação dos Interpares (MARP) em África por via do G20.

2.3.2. G20 Provincial

Apoiamos por via do CEPKA o G20 Provincial de Nampula e nesta sequência elaboramos a partir dos indicadores por eles fornecidos um sistema de informação (SIG20) que servirá para monitoria do Programa da Redução da Pobreza (PARPA). Este sistema articula-se com o sistema já elaborado para a UCODIN que é a monitoria da implementação do Plano Estratégico da Província Nampula a ser executado para os distritos.



2.3.3. AfriMAP

O Projecto do Instituto "Open Society" denominado Africa Governance Monitoring and Advocacy Programme (AfriMAP) foi desenvolvido com vista a monitorar o cumprimento, pelos Estados Africanos, dos novos compromissos assumidos pela União Africana (UA) no domínio da governação, democracia, direitos humanos e Estado de Direito.

O Projecto AfriMAP está já a trabalhar em três áreas principais: sector da justiça em colaboração com a Faculdade de Direito da UEM; participação política em colaboração com o CEDE e eficácia na prestação de serviços públicos com a colaboração do Cruzeiro do Sul. Na terceira área está a decorrer um estudo que visa avaliar o grau de cumprimento dos padrões estabelecidos pela UA no que concerne às obrigações dos Estados nos seus esforços de modo a garantir que todos tenham acesso aos serviços públicos mais importantes, neste caso Educação. Em 2006, as actividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Introdução do Projecto às Organizações da Sociedade Civil Moçambicana;
- Coordenação das actividades com o consultor baseado em Moçambique que incluiu a discussão sobre o conteúdo do estudo, aconselhamento e promoção da ligação com o Ministério da Educação;
- Realização de um seminário, sob o tema Eficácia dos Serviços Públicos na área de Educação, que contou com a participação de cerca de 26 pessoas provenientes de diferentes instituições.

O estudo do AfriMAP assenta em diversas áreas, no entanto em Moçambique a área escolhida foi a da educação com todos os componentes que a afectam.

A metodologia utilizada consiste:

- Na revisão de documentação (Estudos, Relatórios, Artigos...);
- Na realização de Entrevistas com: funcionários do Estado, ONG's Nacionais e Internacionais, Instituições Religiosas, Sindicatos, Jornalistas, Advogados e Consultores;
- Em fazer um pequeno inquérito que será administrado por alunos, professores e encarregados de educação em escolas urbanas, semi-urbanas, e rural nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala e Nampula.

3. Formação

Durante o ano de 2006 foram atribuídas 2 bolsas de estudo, das quais uma foi para o nível de bacharelato e uma para o nível de mestrado.

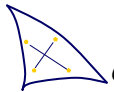
4. Perspectivas

4.1. Programa da Holanda

Com base no Plano Estratégico 2007-2011 estamos neste momento a negociar um novo programa de longo prazo com a Embaixada da Holanda.

O Programa terá início em Julho de 2007 e estamos neste momento na fase de elaboração de projectos de investigação à volta de 3 temas, nomeadamente:

- Terra e Desenvolvimento;
- Economia Informal;



- Descentralização.

Através do novo programa visamos aprofundar o comportamento sócio-económico dos pobres face às políticas implementadas através de projectos que permitem um trabalho em equipa, a aplicação do modelo do Cruzeiro do Sul e de metodologias já experimentadas.

4.2. Chr Michelsen Institute

Com o Chr Michelson Institute temos em perspectiva um programa de investigação e formação que inclui três projectos de investigação (“Local Government, Participation and Poor”, Poverty and the Poverty Nexus” e “Feminization of Poverty”) bem como a formação para documentalistas/bibliotecário.

4.3. Centro de Estudos Africanos do ISCTE de Lisboa, a Universidade de Bordeaux, a Universidade Católica de Angola e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juntamente com o Centro de Estudos Africanos do ISCTE de Lisboa, a Universidade de Bordeaux, a Universidade Católica de Angola e a Universidade Federal do Rio de Janeiro submetemos para financiamento o projecto “Les dynamiques du developement urbain. Etude de cas en Angola e tau Mozambique à la lumière d’expériences internacionales” que, se aprovado, será implementado a partir de Março de 2007.

4.4. Criação de uma Rede de Investigação sobre Terra

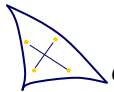
O Cruzeiro do Sul esta a preparar a criação de uma rede de investigação sobre terra, para levar a cabo a avaliação dos dez anos de implementação da Lei de Terras em Moçambique e comparar o que aconteceu no mesmo período em outros países da região.

Este projecto contaria com a colaboração de instituições a nível nacional e regional como por exemplo o Fórum Terra e o PLAAS (Program of Land and Agrarian Studies da Universidade de Western Cape) e insere-se no tema abrangente de Terra e Desenvolvimento.

4.5. Instalação do Centro de Documentação

Aproveitando o interesse da OSISA em financiar um centro de documentação informação e advocacia sobre questões ligadas à “ajuda” ao “desenvolvimento”, o Cruzeiro do Sul concluiu um estudo de base sobre os fluxos de assistência internacional que Moçambique recebe, por modalidades, doadores, aplicações, etc., discutindo as questões ligadas à gestão dessa ajuda, e sua verdadeira eficácia, incluindo na segunda parte do estudo questões de viabilidade da implantação um tal centro.

Os aspectos de capacitação e financiamento serão importantes numa primeira fase. O financiamento que a OSISA se presta a conceder por um período inicial, é de 180000 dólares, seguidos de uma segunda tranche passados ano e meio, deverá ser complementado com outros recursos que outros stakeholders disponibilizam



para garantir uma base de sustentação a médio prazo, enquanto se estudam formas de auto-sustentação, pelo menos parcial, que sejam viáveis.

O Cruzeiro do Sul poderá vir a liderar o processo da implantação de um tal centro, dada a relação com a sua missão e objectivos na domínio do desenvolvimento, e sinergias que se podem se obtidas. Todavia é indispensável encontrar formas de envolvimento de outros stakeholders, nomeadamente sociedade civil, universidades, Governo e sector privado, e ainda os doadores.

5. Plano de Acção para 2007

5.1. Programa de Redução à Pobreza Zona Norte

No âmbito do Projecto de Redução à Pobreza na Zona Norte de Moçambique (Projecto Embaixada da Holanda) estão previstas as seguintes para 2007:

- No Programa de Pesquisa sobre as Assimetrias no Meio Rural do Norte de Moçambique está prevista a finalização e entrega do relatório em Março;
- Identificação a partir do trabalho de pesquisa implementado no norte do país de indicadores locais de processo para monitoria da pobreza e de mudança no tecido institucional. Tais indicadores estabelecem a articulação entre os processos a nível micro e a implementação de políticas a nível do distrito;
- Uma reflexão sobre a estratégia de desenvolvimento que envolveu os diferentes actores na Província de Nampula (Governo, Sociedade Civil e Sector Privado) ao longo dos anos de implementação do Projecto “Redução da Pobreza na Zona Norte” de Moçambique 2002-2006.

5.2. WWF

As actividades previstas para 2007 consistem na continuação da digitalização e análise dos dados recolhidos e na elaboração do Relatório Final entre Março e Abril de 2007.

5.3. GERENA

Para 2007, o Projecto GERENA prevê a continuidade das actividades iniciadas em 2006, não só para o anos de 2007, como também para os próximos três anos.

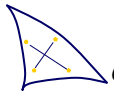
5.4. Colaboração Local

As actividades previstas para 2007 consistem no apoio à UCODIN na avaliação da implementação do Plano Estratégico de Nampula.

Prevê-se que depois da entrega dos dados compilados pelos consultores locais o Cruzeiro do Sul colabore na elaboração final do documento.

5.5. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras

O Programa de Apoio à Diversificação Agrícola nas Zonas Algodoeiras – Morrumbala e Mutarara está em fase final, devendo o Cruzeiro do Sul entregar o relatório da avaliação final ao doador nos primeiros meses de 2007.



5.6. Projecto Iniciativa Manica – Manica Land

A informação recolhida no banco de dados permitirá em 2007 ao Cruzeiro do Sul obter o desenho dum modelo de desenvolvimento sustentável de redução da pobreza criado por novas oportunidades de geração de rendimento resultantes de novas relações entre os camponeses e o sector privado, com ganhos para as duas partes.

Pretende-se que este modelo possa ser replicado noutras zonas do país.

5.7. Acção Agrária Alemã - AAA

O Programa Aldeias do Milénio está prestes a terminar a primeira avaliação do Programa no Distrito de Mabote que envolve o uso de metodologias qualitativas e quantitativas. O Programa prevê ainda avaliações intermédias e final.

5.8. Projecto de Sistemas de Informação para o G20 (SIG20)

No quadro do processo de capacitação da sociedade civil o cruzeiro sul como membro da coordenação do G20, em 2006 desenvolveu uma proposta de projecto para a instalação de um sistema de informação com os seguintes objectivos:

- Melhorar a capacidade do G20, e da sociedade civil em geral, de monitoria e avaliação do PARPA II
- Promover o fluxo de informação e interacção entre as várias organizações do G20
- Melhorar a capacidade de intervenção da sociedade civil
- Recolher e disponibilizar informação permanente sobre o nível de concretização dos objectivos do PARPA II
- Colectar regularmente dados sobre os indicadores do PARPA II, produzindo tabelas, gráficos e mapas para a elaboração do RAP.

Uma das componentes principais do sistema será um banco de dados que servirá de núcleo central do SIG20 e integrará todos os dados estatísticos disponíveis relativos ao desenvolvimento da província.

A proposta de projecto foi submetida a “Open society” para financiamento. Em Dezembro o financiamento foi aprovado, e a implementação do projecto inicia em 2007. Contudo algumas actividades relativas ao projecto foram realizadas em 2006 com financiamento do G20. Entre elas incluem as seguintes

- Apresentação e discussão com os membros do G20 sobre o conteúdo do sistema e os indicadores a serem recolhidos.
- Formação de representantes provinciais do G20, em Nampula na utilização do sistema de informação. Os aspectos fundamentais desta formação incluem métodos de recolha de indicadores nos distritos processamento e produção de estatísticas básica.
- Apoio ao secretariado do G20 no processo de elaboração do RAP2006. As actividades incluíram o apoio desenho da amostra a ser considerada no RA, (A amostra foi concebida por um técnico do INE), e o desenho da base dados. A recolha e processamento de dados foi realizada pela G20 em colaboração com Abiodes. A supervisão técnica da entrada dados e a análise dos mesmos está sendo realizada pelo Cruzeiro do Sul.

Em 2007 as actividades que cabem ao Cruzeiro do Sul, na elaboração do RAP2006, incluem os seguintes pontos

- Conceptualização do modelo de análise de dados
- Produção de tabelas e gráficos de acordo com os pontos principais a ser abordados no RAP2006.
- Colaborar com a equipe de redacção do RAP2006 na análise de dados

5.9. AfriMAP

No âmbito do Projecto AfriMAP estão previstas as seguintes actividades para 2007:

- Organização de um Seminário para apresentação dos resultados obtidos...
- Colaboração na fase final do estudo;
- Organização de um Seminário para divulgação dos resultados do estudo.

5.10. Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade – FDC

Foi assinado um memorando de entendimento entre o Cruzeiro do Sul e a FDC, que terá início na segunda semana do mês de Janeiro de 2007, através do qual será feita a análise dos mecanismos de participação da Sociedade Civil no processo de planificação para o desenvolvimento distrital, onde será redesenhado o questionário e configurada a amostra a aplicar em quatro distritos nomeadamente Ribaué e Ilha de Moçambique na Província de Nampula e nos distritos de Matutuine e Marracuene na Província de Maputo.

O estudo tem como objectivos analíticos:

- Analisar a articulação entre os instrumentos de planeamento em Moçambique nos níveis nacional, Provincial e distrital e o seu reflexo no desenvolvimento local;
- Avaliar a participação da Sociedade Civil ao nível do distrito no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Identificar os mecanismos de participação da Sociedade Civil ao nível local nos planos distritais de desenvolvimento;
- Analisar os principais constrangimentos e as potencialidades de participação;
- Traçar a tipologia dos representantes da Sociedade Civil e o seu grau de participação nos diversos níveis de planificação;
- Descrever e avaliar o modelo de articulação entre os diferentes instrumentos de planificação utilizados pelo Governo e os usados pelos correspondentes conselhos de consulta;
- Analisar os mecanismos de uso da informação gerada durante a monitoria dos planos de desenvolvimento ao nível local;
- Apresentar alternativas de modo a assegurar uma participação mais efectiva da Sociedade Civil no processo de planificação de desenvolvimento aos vários níveis.

5.11. Oxfam GB

Este é um projecto de pesquisa em parceria com a Oxfam GB (Pretória), financiado pela SAT (Southern African Trust) que terá o seu início em Março de 2007.

A pesquisa será realizada em três países da África Austral, nomeadamente Moçambique, Malawi e Zâmbia com a coordenação do Cruzeiro do Sul.

Em Moçambique será realizado junto às associações de camponeses das províncias de Manica e Nampula.

Esta pesquisa pretende explorar as vantagens e constrangimentos dos camponeses que estão organizados em associações de produtores têm em relação aos mercados e como é que o facto de fazerem parte de uma associação tem contribuído para a melhoria das suas condições de vida através da colocação dos seus produtos no mercado.

Este será um estudo comparativo entre três países, onde a pesquisa irá decorrer.

5.12. Plano Estratégico e Plano Operacional

Em 2006 o Cruzeiro do Sul elaborou um Plano Estratégico e um Plano Operacional.

Plano Estratégico:

O estatuto do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, estabelece como objectivo central promover a pesquisa em temas de desenvolvimento em Moçambique e outros países da região da África Austral e contribuir para que as políticas de intervenção resultem em estratégias para o desenvolvimento sustentável. Com base só no Estatuto ficaria difícil visualizar as actividades desenvolvidas no Cruzeiro do Sul de modo a que parceiros nacionais e internacionais possam tirar maior proveito desta Instituição de Investigação.

Foi pensando em melhorar a comunicação com os parceiros que o Cruzeiro do Sul elaborou o Plano Estratégico para o período 2007-2011.

O Plano Estratégico consiste num documento de referência onde se detalha a estratégia que se define em função da mais valia obtida pela experiência anterior e que reflecte a visão do grupo sobre os problemas com os quais o País se confronta no seu desenvolvimento.

O Plano Estratégico apresenta a seguinte estrutura:

- Contexto das actividades;
- Visão do Cruzeiro do Sul;
- Missão do Cruzeiro do Sul;
- Características da investigação do Cruzeiro do Sul;
- Objectivos gerais;
- Objectivos específicos;
- Linhas de investigação;
- Estrutura e funcionamento;

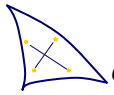
Estimativa orçamental.

Plano Operacional:

Com base no Plano Estratégico surgiu o Plano Operacional que tem como objectivo principal detalhar as actividades que o Cruzeiro do Sul se propõe a realizar no ano de 2007, de modo a obter resultados cada vez mais eficazes.

Constituem objectivos específicos os seguintes:

- operacionalizar os objectivos em função das estratégias traçadas no Plano Estratégico;



- dividir as responsabilidades, fazer o acompanhamento, intervir na formação e assegurar a qualidade das actividades de pesquisa e monitoria;
- garantir que a investigação seja realizada em tempo útil.

O presente Plano pretende ser um documento de orientação e gestão das actividades de formação, investigação e monitoria do Cruzeiro do Sul. A operacionalização do Plano está dividida entre algumas actividades que o Cruzeiro do Sul realizará de acordo com o contrato de parceria com a Embaixada da Holanda e outras actividades definidas a partir das prioridades traçadas pelo Instituto.

5.13. Formação

Continuação do programa de atribuição de bolsas de estudo.